

FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS: REPERCUSSÕES DO ABANDONO PATERNO E TRANSMISSÕES DE REPRESENTAÇÕES MATERNA AOS FILHOS

FEMALE SINGLE PARENT FAMILIES: REPERCUSSIONS OF PATERNAL ABANDONMENT AND TRANSMISSIONS OF MATERNAL REPRESENTATIONS TO THE CHILDREN

Naytiara da Silva de Almeida Rodrigues¹, Rebeca Nonato Machado²

Resumo

Os debates contemporâneos da Psicologia de Família têm se dedicado cada vez mais em temas como a monoparentalidade feminina e a multiplicidade das novas configurações familiares, questionando os arranjos tradicionais que eram tomados como ideais. Deste modo, vale refletir sobre como se dão as repercussões psíquicas nos membros pertencentes a uma família monoparental feminina, mãe e filho(a), motivada pelo abandono da figura paterna tendo em mente as expectativas sociais. Nessa perspectiva, o presente artigo adentra a maternidade solo por abandono, pensando sobre as transmissões psíquicas maternas inconscientes de suas representações da figura paterna ausente e os possíveis destinos psíquicos nos(as) filhos(as) no que tange a escolha amorosa. Este estudo considerou como metodologia a pesquisa teórica a respeito do tema, baseando-se nas contribuições da psicanálise de família. A partir das análises levantadas, o estudo propõe oferecer reflexões acerca das possíveis representações do pai ausente transmitidas por mães solo.

Palavras-chave: Monoparentalidade Feminina; Abandono; Escolha Amorosa; Repercussões Psíquicas.

Abstract

Contemporary debates in Family Psychology have increasingly focused on topics such as female single parenthood and the multiplicity of new family configurations, questioning the traditional arrangements that were taken as ideal. Therefore, it is worth reflecting on how the psychic repercussions occur in the members of a female single-parent family, mother and child, motivated by the abandonment of the paternal figure, keeping in mind social expectations. From this perspective, this article delves into solo motherhood due to abandonment, thinking about the unconscious maternal psychic transmissions of their representations of the absent father figure and the possible psychic destinies of their children regarding their love choice. This study considered theoretical research considering the theme, based on the contributions of family psychoanalysis. Based on the reflections raised, the study proposes to offer reflections on the possible representations of the absent father transmitted by solo mothers.

Keywords: Female Single Parenthood; Abandonment; Loving Choice; Psychic Repercussions.



INTRODUÇÃO

As famílias passaram por diversas transformações ao longo dos séculos, em dimensões estruturais, reconfigurações de papéis abarcando direitos e deveres, questões de gênero, dentre outras. O tamanho do grupo familiar diminuiu em número de filhos, concentrando lealdades e investimentos no que chamamos de família nuclear (Wagner, Troco & Armani, 2011). Esta última não é mais organizada a partir da formação de alianças pautadas em um interesse entre as famílias de origem. O desejo da formação familiar é sustentado pelos membros de um casal que definem os acordos amorosos, as escolhas reprodutivas e a organização das funções de cuidado.

Devido a tais mudanças de subjetivação e de condições sociais vêm sendo necessário uma transformação de mentalidade sobre a concepção de *sere de compreender* as representações familiares. Pois esse processo estabelece criações de novas subjetividades e de relações entre os membros do grupo. Então, a partir dessas transformações sociais, da mudança de definição do que é família e da criação de leis que reconhecem outros arranjos familiares, nos questionamos como a filiação, e a representação da figura paterna ausente se dão nas chamadas configurações contemporâneas, como no caso da monoparentalidade feminina. Em um contexto plural de configurações familiares (Scorsolini-Comin & Santos, 2016), entendemos que esta composição familiar pode ser motivada por diversas razões, como divórcio, separação, morte, abandono de um dos membros do casal parental, procedimentos de reprodução assistida e adoção. Os dois últimos são motivados pelo desejo de um projeto de vida individual de parentalidade, ao passo que as outras mencionadas ocorrem devido a outras variáveis. Porém, todas implicam que alguém significativo “sustente”, sem parceria parental, uma família e cuide de filhos(as).

Há nessas famílias, portanto, uma única responsável “pelo cuidado, pelas primeiras relações interpessoais e pela construção da afetividade e do amadurecimento emocional” (Scorsolini-Comin & Santos, 2016, p. 143). E naquelas cujas formações se dá por morte ou abandono, é necessário, por parte da mãe solo, a capacidade de adaptação repentina e trabalho psíquico de luto, levando em consideração a si mesma e também os(as) filhos(as).

Autores como Scorsolini-Comin & Santos (2016, pp. 143-146) enfatizam a importância da noção de “transmissão psíquica entre gerações” para compreender com maior complexidade a pluralidade desses novos arranjos. É importante pensar que quem permanece como elemento organizador das representações primitivas e estruturantes é o grupo familiar, tecendo o senso de pertencimento, de reconhecimento e de confiabilidade, assim como a constituição da capacidade de compartilhamento de uma vida íntima diária entre os membros familiares (Neto, 2017; Passos, 2017).

Então, este arranjo, como qualquer outro, permite, por meio da transmissão psíquica, a criação de caminhos pelos quais os filhos irão trilhar. Porém, se há algo de “novo” e de contemporâneo, que surge como diferente nessa constituição familiar, como é o caso da ausência paterna, entendemos que “os corpos e suas maneiras de se conectarem com a língua e com outros corpos” são afetados (Guerra, Moreira, Malta & Galhardo, 2019, p. 210). Ou seja, podemos dizer que a relação mãe-filho será outra sem o *corpo* do pai, apesar do pai existir independentemente de um homem, pois “o papel simbólico do pai é sustentado pela atribuição imaginária do objeto fálico desejado pela mãe” (Pombo, 2019, p. 4). Porém, não há a possibilidade de uma

substituição, a mãe pode apenas se identificar “com a posição paterna” (Pombo, 2019, p. 2) e por meio de suas imagens mnêmicas, representar a figura ausente. O que é transmitido pela mãe e o que é experienciado na filiação, portanto, são pontos importantes para pensar esse arranjo (Guerra, Moreira, Malta & Galhardo, 2019).

Nesse sentido, recorrendo à metáfora de Benghozi (2010), torna-se necessário uma malhagem e remalhagem social sobre a família, isto é, flexibilidade de gerar espaço para pensar diferentes histórias. A reflexão e a acomodação de outras formas de configurações familiares se estabelecem devido a um “trabalho psíquico de construção-desconstrução” de diversos sistemas (Scorsolini-Comin & Santos, 2016). Isso posto, torna-se fundamental cada vez mais dissecar as facetas afetivas e de representações transmitidas às gerações futuras em suas relações amorosas, familiares e sociais, demarcando a importância da transmissão psíquica geracional e da capacidade de transformação.

Face ao exposto, neste trabalho desenvolvemos a discussão teórica respaldada na literatura de psicoterapia de família e da psicanálise. Entendemos que estudos sobre este arranjo específico são cada vez mais fundamentais, a fim de entender a multiplicidade de concepções internalizadas e transmitidas atravessadas pelo abandono da figura masculina parental. Diversas dimensões subjetivas recebem o envelopamento psíquico composto por representações desta experiência, como escolhas amorosas, adaptação a perdas, formação de parcerias, exercício da parentalidade e construção do senso de pertencimento e autoestima.

MONOPARENTALIDADE SOLO POR ABANDONO

A monoparentalidade feminina por abandono afetivo do genitor do(a) filho(a) ou do ex-parceiro de convivência, pelo viés do Direito, é definida pelo não cumprimento “dos deveres jurídicos de paternidade” (Lôbo, 2020, p. 288) e uma não relação com o(a) filho(a). Como repercução, podem surgir experiências emocionais que atravessam a vida adulta desse filho, como por exemplo, inseguranças e sentimento de rejeição. São famílias cuja ausência do pai ocorre de forma inesperada, desde o início da gestação, após divórcio ou separação.

Ficamos, então, face a uma configuração familiar repleta de variação nas razões do abandono. As realidades são distintas, onde a figura parental não participa de nenhuma ou de apenas poucas etapas da vida do(a) filho(a), em muitas situações não oferece ajuda financeira, e, de maneira instável e frágil, transmite apoio. Assim, a figura materna se transforma em uma agente de cuidado solo, a única figura provedora que se ocupa de todas as responsabilidades ligadas à filha/ao filho, aos cuidados da casa e do dinheiro, além de ser a “singular referência na transmissão dos padrões culturais [...] e única figura de autoridade na tarefa de ocupar o lugar parental” (Weissmann, 2009, p. 153).

Nesse sentido, as funções materna e paterna, pensadas por Freud no século XIX, ficam bastante misturadas e fluídas, e atualmente podem ser exercidas por ambos ou por só um dos pais. No entanto, neste último caso, encontramos certas limitações, principalmente para as mulheres em famílias monoparentais, pois a execução destas funções será permeada pelo sofrimento da ruptura ou do abandono paterno. E então, quando a mãe exerce a seu modo a função paterna, ela está se baseando nas representações simbólicas internas, a partir de “identificações e introjeções inauguradas na infância” (Baccelli, 2012, pp. 30-31) e nas suas

experiências anteriores com outros parceiros, que podem ter sido perpassadas por afetos hostis (Rodriguez, Gomes & Oliveira, 2017; Roudinesco, 2003; Weissmann, 2009).

Então, a criação deste(a) filho(a) acarreta mudanças no ambiente e na vida desta mãe solo, gerando novas responsabilidades e funções devido à ausência paterna, principalmente caso não haja uma rede de apoio ou terceiros como o emprego, a escola e os amigos que possam auxiliar nessa maternidade (Ensink, Fonagy, Normandin, Berthelot, Biberdzic, & Duval, 2015; Lima & Féres-Carneiro, 2021). Apesar de a família monoparental ser caracterizada como um arranjo plural contemporâneo, não deixa de ser uma configuração geradora de identidade e de impacto na subjetivação de seus membros (Rodriguez, Gomes & Oliveira, 2017).

Assim, percebemos, que a prática da parentalidade solo não é fácil, e exige um “trabalho psíquico intenso” para transmitir a cultura e as tradições para adaptações psicológicas necessárias para a vida de maneira solo (Iaconelli, 2020, p. 17). Durante esse processo ocorrem reorganizações na subjetividade de seus membros e a reativação de lembranças da história pessoal de incompletude da mãe que podem repercutir em seus filhos.

Para além dos impactos nos aspectos emocionais que se revelam na monoparentalidade feminina, a sociedade desconsidera, muitas vezes, as dificuldades financeiras que esse arranjo familiar passa, existindo poucas políticas públicas implementadas para essas mães se manterem no trabalho e ganharem um salário igualitário. Devido a essa desigualdade no mercado de trabalho e ao aumento da responsabilidade familiar das mulheres, pode-se ter como consequência a amplificação da feminização da pobreza (Oliveira, 2021).

No geral, as mulheres se encontravam na faixa da camada pobre da população em diversos países e Pearce (1978), por sua vez, acredita que o aumento desse processo levou à ampliação do número de lares monoparentais. Deve-se considerar o contexto social e cultural de inserção das famílias monoparentais brasileiras, já que são variáveis que estruturam o psiquismo. Além disso, o gênero e a raça também são variáveis que implicam em fragilidades nessas configurações familiares. Famílias chefiadas por mulheres negras ou pardas são mais afetadas economicamente do que aquelas chefiadas por homens ou mulheres brancas, ocorrendo, portanto, um desamparo social (Weissmann, 2009).

Conforme postula Goldani (1994), desde a década de 90, em relação à estatística, tem havido aumento das famílias contemporâneas em detrimento das tradicionais. A família nuclear tem se tornado, então, uma experiência minoritária (Uziel, 2007). É importante que as novas estruturas familiares sejam estudadas para que haja a compreensão das mobilizações psíquicas que podem emergir tanto na terapia de família quanto na de casal.

Sobre a experiência de ser família monoparental por abandono, precisamos pensar em como essa transmissão psíquica geracional muitas vezes é carregada de vivências de desamparo e de adversidades, abrindo espaços para sentimentos de incompletude compartilhados na família. No caso de mulheres heterossexuais cisgênero, o fato de não haver um marido pode gerar inúmeras vulnerabilidades, como as citadas, sejam socioeconômicas, mentais ou relacionais (Moreiras, 2021; Watari, 2021). O sentimento de solidão e de sobrecarga são verbalizados por essas mulheres, por meio de frases como: “muita coisa para uma pessoa só” ou “tenho que ser ao mesmo tempo as duas coisas”, que exaurem a força feminina, como observado por Lima e Féres-Carneiro (2018, p. 17).

Os resultados encontrados no estudo de Lima (2018) vão ao encontro com os de Weissmann (2017) que destaca a necessidade de a mãe ser dois: pai e mãe em uma única figura. Esse pensamento se assemelha à tentativa de preencher a falta de uma função não ocupada. Contudo, é importante ter em mente que mesmo na ausência, a figura parental é imaginada e envolvida em muitas expectativas, que são construídas também pela via da transmissão.

Nesse sentido, é de suma importância repensar as concepções envolvidas no imaginário social sobre esta composição familiar para não cairmos em uma narrativa que intensifique na mãe a sensação de falha ou de onipotência que provoquem a necessidade de ser dois. Além disso, há uma carência no contexto social de oferecer a tais famílias a possibilidade de uma existência com qualidade de vida em diversas dimensões (Lima & Féres-Carneiro, 2018). Por isso, a relevância de tal sistema familiar precisa ser analisado em relação às vivências afetivas e a transmissão dos modelos de identificação.

TRANSMISSÕES PSÍQUICAS E REPERCUSSÕES DO ABANDONO PATERNO

Nas postulações da psicanálise freudiana, muitos de seus estudos se centraram na compreensão de um “aparelho psíquico individual”, teorizando sobre os aspectos subjetivos inconscientes. Porém, a posteriori Freud é levado a compreender a presença da “intersubjetividade constitutiva” como algo que faz parte do indivíduo. Nesse sentido, entende-se que o sujeito é atravessado por outras relações desde a infância e coube a psicanálise incluir o conceito de transmissão psíquica. Isso foi de suma importância para as abordagens de família e casal (Féres-Carneiro & Magalhães, 2005; Gomes & Zanetti, 2009).

Partimos desse início teórico para podermos fundamentar teoricamente a transmissão psíquica materna em famílias monoparentais e suas peculiaridades para a formação subjetiva de seu descendente. Autores importantes na área de família partiram dos pressupostos da teoria freudiana para pensar o fenômeno de transmissão geracional na família assim como era levado em consideração por autores pós-freudianos como Kaës e Eiguer (Gomes & Zanetti, 2009). A ausência paterna por abandono pode originar representações tecidas no mundo interno dos(as) filhos(as), atravessadas também pela transmissão psíquica das vivências maternas em relação ao abandono e à experiência vivida com o genitor do(a) filho(a). As repercuções dessa ausência podem impactar na vida subjetiva dos(as) filhos(as) e promover um conflito entre as suas próprias representações e as transmitidas pela mãe.

A transmissão geracional desencadeia uma passagem de características subjetivas, valores, fantasias inconscientes, estados mentais, modalidades relacionais consigo mesmo e com outras pessoas. Portanto, falamos em um fenômeno complexo, envolvendo o processo de identificação (Eiguer, 2011). A experiência de abandono parental masculino não pode ser compreendida de forma simplista, justamente porque envolve uma transmissão intergeracional, e até mesmo transgeracional.

A transmissão intergeracional é alimentada pela identificação, cujo desdobramento é o estabelecimento de uma semelhante e não igualdade radical ao objeto. A segunda modalidade de transmissão se apoia no processo psíquico de imitação, na qual a subjetivação é constituída como uma cópia sem possibilidade de transformação entre o eu e não-eu (Santosi, 2010). O que se transmite, neste caso, é “aquilo que não se retém, aquilo de que não se lembra: a falta [...], os objetos perdidos, e ainda enlutados” (Kaës, 1998, p. 9), e sem elaboração, são transmitidos transgeracionalmente. E a monoparentalidade feminina sendo

atravessada por faltas, objetos perdidos e enlutados, devido ao abandono paterno, há o risco de a transmissão não auxiliar a geração seguinte. Nesse sentido, a promoção de saúde está quando os filhos não copiam seus pais, mas quando se assemelham a eles, podendo a partir de um processo de elaboração se diferenciarem da experiência dos pais.

Da mesma maneira, Weissmann (2009) acredita que o ponto de saúde, no caso das famílias monoparentais, seja que seus membros trabalhem psiquicamente as representações do passado. Caso contrário, acabam podendo permanecer incapazes de criar novas possibilidades relacionais, e tem-se maior risco de ser estabelecida uma transmissão transgeracional (Cibella, Magalhães & Féres-Carneiro, 2015). Conforme Aberastury (1981) descreveu, é importante que os filhos criem vivências diferentes das dos pais para que os mitos familiares não os acompanhem precariamente simbolizados.

A presença da participação da subjetividade dos pais e/ou mães na construção psíquica do filho é fundamental, principalmente durante a primeira infância, para a constituição do self. Em outros termos, este movimento parental oferece um “ser visto” à criança, viabilizando futuramente, que o filho possa “se ver” como alguém amado por um outro (Winnicott, 1966/2005). Tal experiência acaba servindo como base para as escolhas amorosas, por exemplo, um momento no qual pode-se especular sobre o destino de como a pessoa se sentiu amada, como é capaz de amar. Considerando que existem outras dimensões subjetivas afetadas no contexto das famílias monoparentais, como adaptação a ausências, formação de parcerias, autoestima etc, refletimos inicialmente apenas sobre uma como exemplificação de possíveis impactos deste arranjo em seus membros: as relações amorosas dos filhos.

Para entendermos algumas das fantasias transmitidas para um(a) filho(a), precisamos compreender como a mãe experienciou suas relações originais, adicionando como ela se apropriou de sua herança familiar e como internalizou a conjugalidade daqueles que lhe foram significativos (Lima, 2018; Scorsolini-Comin & Santos, 2016). Focando as reflexões nas famílias monoparentais maternas, a mãe ganha um lugar singular de transmissora de representações inconscientes e conscientes relacionadas ao genitor do filho.

A qualidade afetiva com o ex-companheiro e a vivência em relação ao abandono vivido impactam no processo de filiação e nos modelos vinculares do(a) filho(a) (Machado, Magalhães, Mello & Féres-Carneiro, 2021). O romance familiar pode ser, então, constituído por uma cadeia de representações formada sob as vivências de uma fissura na filiação, de concepções de ser família e casal sob a dor do desamparo, e do exercício da parentalidade apoiado em uma frágil internalização (Meyer, 2008). Pontuamos, ainda, que a ausência na história da filiação gera uma necessidade pungente de busca de sentido (Machado, Mello, Pinna, Nunes, Magalhães & Féres-Carneiro, 2022) e futuramente, mesmo na ausência de um pai, representações permanecem presentes na mente em dinâmica ressignificação.

Baccelli (2012, pp. 32-33) ressalta a importância do *casa/real*, pois cria-se a “primeira imagem social e de comunidade” no bebê. Porém, pensamos que, nos casos das famílias monoparentais por abandono, este processo não é perdido, a ausência permanece presente. Talvez seja igualmente possível desenvolver o senso de comunidade por meio da representação simbólica de casal presente na mente da mãe, permitindo ao filho a introjeção de representações de um casal parental e conjugal, mesmo na ausência concreta do pai.

Isto, mais tarde, pode desencadear repercussões na vida dos filhos em representações relacionadas à conjugalidade, reeditando as experiências edípicas por meio de tramas identificatórias, dependendo da

tessitura intersubjetiva familiar. Portanto, observamos que a subjetividade, a conjugalidade e a parentalidade implicam em um paradoxo: repetição e criação (Cibella, Magalhães & Féres-Carneiro, 2015).

A história familiar vivida por cada um dos cônjuges, considerando as diversas configurações familiares, impacta na escolha amorosa e na manutenção da relação, uma vez que o casal primário oferece uma base emocional para o encontro com o objeto amoroso na vida adulta. Sendo assim, o conteúdo da vivência relacional, antes recalcado, retorna para nortear a escolha amorosa ou outras situações relacionais significativas. Nessa perspectiva de transmissão psíquica geracional, os conteúdos herdados da família de origem, principalmente das figuras parentais, impactam na decisão e na trajetória das relações.

Caso essa herança da vivência da tríade relação amorosa-abandono-filhos seja repleta de conflitos dolorosos, a precariedade de elaboração pode desencadear nos(as) filhos(as) um “desinvestimento libidinal” (Lisboa & Féres-Carneiro, 2008, pp. 84-85) nas relações futuras e em si mesmo. Com isso, podemos perceber que, quando “relações objetais internalizadas, boas ou más” (Pignataro, Féres-Carneiro & Mello, 2019, pp. 35-36) não são possíveis de serem pensadas em conjunto, surgem desdobramentos na vida subjetiva adulta.

Como foi exposto, no caso da filiação monoparental, a mãe solo pode se colocar em uma posição parental onipotente a fim sentir-se obrigada a amparar todas as necessidades do filho, tornando-se dois. E, segundo Castilho (2007), apesar de uma mãe não saber explicitamente a falta do pai para um(a) filho(a), uma vez que não há acesso às diversas fantasias deste último, há um movimento presente na parentalidade de buscar ilusoriamente preencher experiências dolorosas emocionalmente nos filhos. Sendo assim, a mãe solo pode tentar preencher uma falta “de pai” que não necessariamente é a falta representada pelo filho.

Em relações amorosas futuras, um filho poderá construir uma conjugalidade, inconscientemente buscando preencher o outro e a si mesmo das experiências de desamparo, sendo “um sujeito que ama e presume-se faltoso, não localizando o que lhe falta” (Ferrari & Mendes, 2019, p. 1121). Em alguns sujeitos observamos na clínica construírem relações amorosas a partir de uma tentativa “em vão (de) preencher a falta” (Ferrari & Mendes, 2019, pp. 1122-1123) constitutiva da condição humana e ampliada pelo abandono, podendo ser também potencializada pela transmissão psíquica materna (Kaës, 2005). Em suma, torna-se importante estudar a temática para compreender as mobilizações psíquicas que podem emergir tanto na terapia de família quanto na de casal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família monoparental e a sua diversidade nos fornecem múltiplos caminhos de abordagens para refletirmos suas especificidades e potências. Optamos por salientar as famílias monoparentais por abandono e oferecer reflexões acerca das possíveis representações da figura masculina genitora e de um par parental transmitido por mães solo. Para alcançar este objetivo, nos debruçamos sobre temas relacionados à vivência emocional das mães solo e de seus filhos frente ao abandono da figura conjugal/paterna.

A discussão levantada neste estudo buscou realizar uma reflexão, criando hipóteses relacionadas à literatura, sendo importante um mapeamento profundo da realidade psíquica presente nas novas configurações familiares. Além disso, o trabalho clínico voltado para os integrantes deste arranjo familiar pode ser atravessado pelo desafio de retomar um passado muitas vezes dissociado e envolvido em sofrimento experimentados por cada um dos envolvidos, o que pode ser angustiante no processo psicoterapêutico, além

de criar algumas resistências. Acreditamos, então, que estudos sobre famílias e filiações monoparentais podem beneficiar sujeitos com essas vivências, possibilitando-os a se repensarem e criarem novos dispositivos comunitários para auxiliar pessoas semelhantes.

Em suma, acreditamos que padrões hegemônicos familiares ainda são vistos como a única ordem social, havendo o impacto diante de outras formas de configurações, assim, no encontro clínico devemos estar abertos à escuta do inédito, do singular e do vir a ser dessas famílias monoparentais. Consideramos que mais estudos voltados para outros arranjos familiares e seu desenvolvimento sejam de suma importância para compreender suas repercussões nos(as) filhos(as), uma vez que abordam principalmente as mães solo.

REFERÊNCIAS

Aberastury, A. (1981). O adolescente e a liberdade. In A. Aberastury, & M. Knobel. (Orgs.), *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico* (pp. 22-34). Artes Médicas.

Baccelli, M. S. (2012). Considerações acerca da ausência paterna na adolescência [Dissertação de Mestrado]. Universidade Metodista de São Paulo. <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1309>

Benghozi, P. (2010). Malhagem, filiação e afiliação – Psicanálise dos vínculos: Casal, família, grupo, instituição e campo social. *Vertor*

Castilho, P. T. (2007). Uma discussão sobre a angústia em Jacques Lacan: um contraponto com Freud. *Revista Do Departamento de Psicologia*. UFF, 19(2), 325–337. <https://doi.org/10.1590/s0104-80232007000200004>

Cibella, C., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2015). Transmisión psíquica de elementos traumáticos en la conyugalidad. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 49(3), 100-112. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2015000300009&lng=pt&tlng=E

Eiguer, A. (2011). *Transmission psychique et trans-générationnel*. Champ psy, 60, 13-25. <https://doi.org/10.3917/cpsy.060.0013>

Ensink, K., Fonagy, P., Normandin, L., Berthelot, N., Biberdic, M., & Duval, J. (2015). O papel protetor da mentalização de experiências traumáticas: implicações quando da entrada na parentalidade. *Estilos da Clínica*, 20(1), 76-91. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v20i1p76-91>

Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2005). Conquistando a herança: sobre o papel da transmissão psíquica familiar no processo de subjetivação. In T. Féres-Carneiro. (Org.), *Família e casal: efeitos da contemporaneidade* (pp. 24-32). Ed. PUC-Rio.

Ferrari, I. F., & Mendes, A. M. (2019). Pontuações acerca do amor na neurose e na psicose: ensinamentos de Camille Claudel. *Psicologia em Revista*, 25(3), 1120-1134. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n3p1120-1134>

Goldani, A. M. (1994). As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de pesquisa*, (91), 7-22. [n91a01.pdf](http://www.scielo.br/pdf/fcc.org.br)

Gomes, I. C., & Zanetti, S. A. S. (2009). Transmissão psíquica transgeracional e construção de subjetividade: relato de uma psicoterapia psicanalítica vincular. *Psicologia USP*, 20, 93-108. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642009000100006>

Guerra, A. M. C., de Oliveira Moreira, J., Malta, A. L., & Galhardo, L. (2019). A família processual: Pensando a filiação e a transmissão na contemporaneidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(1), 206-222. <https://doi.org/10.12957/epp.2019.43014>

Iaconelli, V. (Org.). (2020). Sobre as origens: muito além da mãe. In D. Teperman, T. Garrafa, & V. Iaconelli. (Orgs.), Parentalidade (pp. 11-20). Autêntica.

Kaës, R. (1998). Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração. In A. Eiguer. (Org.), A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica (pp. 5-19). Unimarco.

Kaës, R. (2005). Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade, Trad. I. B. Machado, & P. C. G. Castanho. Casa do Psicólogo.

Lima, S. J. P., & Féres-Carneiro, T. (2018). Subjetividade e construção do vínculo em famílias monoparentais [Tese de Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=41296@1>

Lima, S. J. P., & Féres-Carneiro, T. (2021). Experiência Subjetiva no Exercício da Monoparentalidade. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 21(2), 709-729. <https://doi.org/10.12957/epp.2021.61065>

Lisboa, A. V., & Féres-Carneiro, T. (2008). ...Até que a doença nos separe? A conjugalidade e o adoecer somático. *Psico*, 39(1). <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistapsico/article/view/1452>

Lôbo, P. (2020). *Direito Civil: Famílias*: Vol. 5. Saraiva Educação SA.

Machado, R. N.; Féres-Carneiro, T.; Magalhães, A. S. (2008). Demanda clínica em psicoterapia de família: Arte-Diagnóstico Familiar como instrumento facilitador. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 18, p. 555-566. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2008000300011>

Machado, R. N.; Magalhães, A. S.; Mello, R.; & Féres-Carneiro, T. (2021). Fissura na filiação: intervenções na clínica com famílias. In: T. Féres-Carneiro. (Org.). *Casal e Família Clínica, conflitos e afetos* (pp. 95-115). Editora PUC-Rio.

Machado, R. N.; Mello, R.; Pinna, C.; Nunes, R.; Magalhães, A. S.; & Féres-Carneiro, T.. (2022). Family Psychotherapy in the Context of Adoption: Parental Suppression of Adopted Children's Epistemophilic Drive in the Pursuit of Their Origins. *Psychology* (Irvine), 1286-1298. [10.4236/psych.2022.138083](https://doi.org/10.4236/psych.2022.138083)

Mello, R., Féres-Carneiro, T., Machado, R. N., & Magalhães, A. S. (2020). Inversão geracional na família: repercussões da parentalização na vida adulta. *Psicologia USP*, 31. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190126>

Meyer, L. (2008). A família do ponto de vista psicanalítico. In M. L. Agostinho & T. M. Sanchez. (Orgs.), *Família: conflitos, reflexões e intervenções* (pp. 27-38). Casa do Psicólogo.

Moreiras, L. (2021). Pisando firme nesse solo. In A. Baracat, D. Bastos, G. Batista, L. Moreiras, M. Tiboni, & M. Camardelli. (Orgs.), *Maternidades no plural: retratos de diferentes formas de maternar* (pp. 83-150). Fontanar.

Neto, O. D. (2017). Ética em terapia de família: revisão e reflexão. In T. Féres-Carneiro. (Org.), *Casal e família: teoria, pesquisa e clínica* (pp. 223-242). Prospectiva.

Oliveira, P. S. (2021). Famílias monoparentais e feminização da pobreza no Brasil: Estudo à luz da Capabilities Approach como Plataforma de Cidadania e Proteção Social [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal da Paraíba. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26753>

Passos, M. C. (2017). Por uma ética das relações plurais. In E. F. Queiroz, & E. M. Silva. (Orgs.), *Adoção, filiação e práxis* (pp. 85-98). CRV.

Pearce, D. (1978). The Feminization of poverty: women, work and welfare. *Urban and Social Change Review*, 11, 28-36. <https://doi.org/10.5840/peacejustice19902113>

Pignataro, M. B., Féres-Carneiro, T. & Mello, R.. (2019). A formação do casal conjugal: um enfoque psicanalítico.

Pensando famílias, 23(1), 34-46. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000100004&lng=pt&tlng=pt.

Pombo, M. F. (2019). Família, filiação, parentalidade: novos arranjos, novas questões. Psicologia USP, 30, e180204. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e180204>

Rodriguez, B. C., Gomes, I. C., & De Oliveira, D. P. (2017). Família e nomeação na contemporaneidade: Uma reflexão psicanalítica. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, 8(1), 135-150. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2017v8n1p135>

Roudinesco, E. (2003). A família em desordem. Jorge Zahar.

Santosi, M. J. M. (2010). Algumas contribuições de Freud e Melanie Klein no campo das psicoses: confluências e divergências. Mosaico: Estudos Em Psicologia, 4(1). <https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/12153>

Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. D. (2016). Construir, organizar, transformar: considerações teóricas sobre a transmissão psíquica entre gerações. Psicologia Clínica, 28(1), 141-159. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652016000100008&lng=pt&tlng=pt.

Uziel, A. P. (2007). Homossexualidade e adoção. Garamond.

Wagner, A., Tronco, C., & Armani, A. B. (2011). Os desafios da família contemporânea: Revisitando conceitos. In A. Wagner. (Org.), Desafios psicosociais da família contemporânea (pp. 19-35). Artmed.

Watari, F. L. (2021). Maternidade monoparental eletiva: a construção de projetos de filiação por meio de tecnologias reprodutivas [Doctoral dissertation]. Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-30082021-113111/pt-br.php>

Weissmann, L. (2008). Famílias monoparentais: um olhar psicanalítico [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/15722>

Weissmann, L. (2009). Famílias monoparentais: um olhar da teoria das configurações vinculares. Casa do Psicólogo.

Weissmann, L. (2017). Composiciones familiares y filiación en la contemporaneidad. Revista Brasileira de Psicanálise, 51(4), 159-172. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2017000400010&lng=pt&tlng=pt

Winnicott, D. W. (2005). Sobre os elementos femininos e masculinos ex-cindidos. In C. Winnicott, R. Shepherd, & M. Davis. (Orgs.), Explorações psicanalíticas: D. W. Winnicott (J. O. A. Abreu, Trad., pp. 133-150). Artmed. (Trabalho original publicado em 1966).